

Eixo Temático ET-13-011 - Educação Ambiental

GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE: UM OLHAR CONTRIBUTIVO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Luiz Gustavo Bizerra de Lima Morais¹, Marlene Macario de Oliveira², Luciano Guimarães de Andrade³

¹Especialista em Análise Regional e Ensino de Geografia (UFCG); ²Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ³Mestrando em Desenvolvimento Regional (UEPB - UFCG).

RESUMO

Diante das problemáticas ambientais vivenciadas na contemporaneidade a escola tem assumido um papel privilegiado para sua discussão e, neste contexto, o ensino de Geografia vem de modo a oferecer um subsídio importante para a leitura dos fenômenos contidos na problemática ambiental atual, sobretudo por propiciar uma melhor compreensão acerca da relação sociedade-natureza, contribuindo, assim, para o fomento da Educação Ambiental. Desse modo, este trabalho objetiva analisar e discutir como a Geografia, a partir da abordagem da relação sociedade-natureza, constitui um campo da aprendizagem fecundo para a instrumentalização da leitura espacial dos educandos, de modo a contribuir para o fomento da Educação Ambiental. O trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica, realizada a partir de referenciais teóricos que tratam sobre a abordagem ambiental na Geografia. A partir das leituras, fichamentos e anotações, o material foi analisado e interpretado a luz do método de análise de conteúdo. Pôde-se perceber que o ensino de Geografia, enquanto instrumento de promoção da Educação Ambiental, apresenta embasamento suficiente para subsidiar ações pedagógicas que visem uma relação mais harmoniosa dos discentes com o ambiente em que vivem e, ainda, compromissadas com a intervenção nos diferentes espaços onde as relações apresentem formas insustentáveis de convivência, sendo isto imprescindível para a formação cidadã e socioambiental.

Palavras-chave: Geografia; Ensino; Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

Hoje todos somos chamados, por todas as maneiras, através de todos os veículos de comunicação, através do nosso cotidiano, a pensar sobre essas questões que colocam em cheque as necessidades para a vida (Francisco Mendonça).

O meio ambiente ultimamente tem ganhado espaço nas discussões promovidas em vários âmbitos da sociedade e se constituído em um desafio a racionalidade humana através dos vários campos do conhecimento instituídos enquanto ciência. O desafio encontrar-se no fato de que o modelo de produção capitalista vislumbrado na atualidade tem interferido intensamente na dinâmica socioambiental do planeta, cujas implicações e propostas de intervenção têm sido alvo de debates fecundos.

A escola, enquanto *locus* de aprendizagem das várias manifestações promovidas nos campos científicos, bem como, na construção de novos conhecimentos e de formação para a cidadania, se torna o espaço privilegiado para formação de consciência e atitudes voltadas a construção de um ambiente melhor e, nesse contexto, entendemos que os conhecimentos vislumbrados no âmbito do ensino da Geografia constituem importantes meios para isto, sobretudo pela capacidade de leitura dos fenômenos contidos na problemática ambiental atual.

Temos que ter em vista que a concepção de meio ambiente em voga extrapola os limites da separação entre a natureza e a sociedade, como outrora se colocava, separação a qual as ciências como um todo fizeram e, ao que parece, não está completamente superada. Para Bailly e Ferras (1997, p. 115-166) *apud* Mendonça (2001, p. 116):

Em 1917, o meio ambiente, é para uma planta 'o resultante de todos os fatores externos que agem sobre ela'. Em 1944, para um organismo 'a soma total efetiva de fatores aos quais um organismo responde'. Em 1964, Harant e Jarry propõem 'O conjunto de fatores bióticos (vivos) ou abióticos (físico-químico) do hábitat'. Em 1971, segundo Ternisien, 'Conjunto, num momento dado, dos agentes físicos, químicos e biológicos e dos fatores sociais suscetíveis de ter um efeito direto ou indireto, imediato ou a termo, sobre os seres vivos e as atividades humanas.

O conceito de meio ambiente, como visto, passou por grandes transformações em quase um século, sendo marcante a incorporação da atividade humana. Mesmo assim, Mendonça (2001) ressalta que a visão naturalista ainda é predominante, a qual o homem é visto mais como fator e a abordagem acerca do meio ambiente encontra-se relacionada à natureza, constituindo um grande desafio a toda uma comunidade científica, colocamos aqui também profissionais da educação, o de "Inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural", tendo em vista "[...] o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea" (Mendonça, 2001, p.117).

Neste sentido, Pereira (2012, p. 62), destaca que:

E para nossos alunos, o que significa natureza? É provável que, ao serem questionados a respeito do que seja a natureza, digam que são as árvores, o "mato", os animais, as florestas etc. quando respostas como essas surgirem, parece estar enraizada a ideia de que natureza seja algo distinto do meio em que os humanos vivem.

A ideia de que a natureza é algo distinto do homem pode ser revelador de outro pensamento, o de que o ser humano poderia se apropriar dos recursos como bem lhe conviesse, já que a espécie humana não se reconheceria como parte de um grande conjunto formador de vida e que constantemente interage por meios de componentes bióticos e abióticos.

Destacam-se nesse contexto as discussões realizadas no âmbito do Ensino de Geografia, oferecendo um subsídio importante para a leitura dos fenômenos contidos na problemática ambiental atual, sobretudo a leitura da problemática relação sociedade-

natureza. De acordo com os PCN de Geografia (BRASIL, 1997), várias abordagens atuais vêm buscando práticas pedagógicas que possibilitem aos alunos a compreensão de maneira clara e consistente dos conteúdos dessa matéria nos diferentes momentos da escolaridade.

OBJETIVO

Diante da problemática ambiental que demarcar o mundo contemporâneo, este trabalho propõe, a partir de um breve ensaio teórico, analisar e discutir como a Geografia, a partir da abordagem da relação sociedade-natureza, constitui um campo da aprendizagem fecundo para a instrumentalização da leitura espacial dos educandos, de modo a contribuir para o fomento da Educação Ambiental.

METODOLOGIA

O trabalho ora proposto trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo, que toma como pressuposto metodológico a pesquisa bibliográfica, tendo em vista que o mesmo constituiu a estratégia que melhor respondeu aos objetivos aqui delineados, podendo ser definida como “o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto” (LUDWIG, 2012, p. 51).

Este tipo de pesquisa coloca o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito ou escrito sobre determinado assunto. Tal fato, no entanto, não significa dizer que se fez mera repetição do que já foi produzido, pois, "propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras" (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas consultas em referenciais teóricos dispostos em meios digitais e impressos que tratam sobre a abordagem ambiental na Geografia. A escolha desses materiais tomou como pressuposto, o fato de que os mesmos constituem importantes referenciais acerca da temática tratada, apresentando subsídios confiáveis a discussão aqui delineada.

Como instrumento de coleta de dados, esta pesquisa tomou como pressuposto a abordagem contida em Santos (2000, p.77), segundo o qual expõe que "a pesquisa bibliográfica tem como instrumento essencial a habilidade da leitura". Para realização das leituras dispostas nos referenciais pesquisados, todavia, foi necessário fazer uso de técnicas como fichamentos e anotações.

Para análise e interpretação dos dados obtidos, os mesmos foram tratados sobre a luz do método de análise de conteúdo, segundo o qual "permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação" (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 223). Para tanto, a análise baseou-se nas três etapas básicas desse método: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação referencial (TRIVIÑOS, 1987, p. 162).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há muito tempo, geógrafos de diferentes áreas vêm se dedicando a estabelecer relações entre o meio físico e as populações que nele habitam, constituindo, segundo Mendonça (2010, p. 22), o único campo científicos que, desde sua origem pauta-se no estudo da relação entre os homens e o meio natural do planeta. A abordagem dessa

relação, todavia, apresentou no percurso da história dessa ciência diversas interpretações, conforme destaca Oliveira, Farias e Sá (2008, p.109):

Na história do pensamento geográfico, diferenciadas formas de análises da realidade consubstanciaram a produção espacial. Esse percurso envolveu contínuas mudanças que se sucederam na atualidade em virtude dos desafios e problemas a serem enfrentados pela sociedade no que tange à maneira de intervir no ambiente.

Temos em vista que, o momento atual que demarca a atuação do campo geográfico na questão ambiental tem suas raízes na segunda metade do Século XX. Anteriormente a este período, segundo Rodrigues (2008), o tratamento da natureza, por parte da Geografia, consistia em tratá-la ora como determinante ora como possibilidade às ações do homem.

O pensamento geográfico formulado, bem como sua inserção no ensino, carregou, assim, nesse período, toda uma gama de atributos positivista, que demarcou a Geografia como um ramo meramente informativo-descritivo, sobretudo, dos aspectos físicos, como aborda Andrade (1987, p. 12-13). Para o autor o papel relegado a Geografia era a de "informar a respeito das várias áreas do globo terrestre, catalogando nomes de montanhas, de rios, de mares, de cidades, de países e de recursos produzidos. [...] Daí definir-se durante muitos anos a Geografia como a 'ciência que faz a descrição da superfície da Terra'", cujo componente reflexivo apresentava-se bastante superficial.

É dada a primazia da iniciativa de uma análise geográfica mais comprometida com as problemáticas da sociedade a Piotr Kropotkin e Élisée Reclus, ambos, mesmo vivendo em uma época em que os níveis de abordagem não vislumbravam integração dos fatores físicos aos sociais, se constituíram importantes defensores de uma ciência livre de determinações naturais e sociais (MORAIS e MELO, 2013, p. 24). Ao tratar especificamente, sobre a importância de Reclus, Andrade (1987, p. 57), destaca que:

Não fazia separação entre geografia física e a humana como a maioria dos seus contemporâneos, mas analisava detalhadamente fatos físicos, procurando assinalar as interações com o processo de ação do homem, da sociedade, e as transformações que ele realizava na natureza para melhor utilizá-la.

Para Mendonça (2010, p. 28), o contexto social-filosófico aplicado à Geografia por Reclus no início do século XX, só conseguiu maior visibilidade a partir dos anos de 1960, haja vista maiores aberturas para o entendimento e discussão das questões ambientais que assolam o Planeta e, concomitante a isto, as questões sociais decorrentes do uso exacerbado dos recursos naturais, sobretudo, pelo processo de expansão (mundialização) do modelo capitalista de produção. Neste contexto foram importantes as contribuições das abordagens geográficas que tomaram como bases filosóficas “a Fenomenologia, o Estruturalismo, o Neopositivismo, e o Marxismo entre outros, que possibilitaram adentrar na complexidade das relações entre sociedade e meio ambiente, tanto no âmbito dos lugares como na escala planetária” (OLIVEIRA et al., 2008, p. 110).

A perspectiva de uma Geografia que aponta para uma articulação entre os elementos da natureza e a sociedade na análise do espaço, constituindo uma visão

holística do espaço, encontra maior força em meados da década de 1970 (ARMOND e AFONSO, 2010).

Andrade (1987, p. 116) ao tratar da conjuntura social dessa época enfatiza que foi um período em que houve maior engajamento dos geógrafos frente a problemática social. No mesmo sentido, emerge a preocupação por parte dos geógrafos, sobretudo da Geografia Física, em relação aos impactos da atividade industrial sobre a natureza e a sociedade, impactos estes, ocasionados pela busca de lucro de forma exacerbada, ocasionando a intensificação da exploração dos recursos ambientais.

Tal crise aparece como reflexo de um modelo de crescimento meramente econômico, taxado por alguns de "capitalismo selvagem", sem a mínima sensibilidade ao que poderia ocorrer a sociedade e aos meios naturais, o qual a geração de riquezas não tinha como foco a divisão dos lucros e o uso dos recursos centrava-se na ideia de que estes eram infinitos. Souza (2003, p. 116), ilustra bem essa questão enfatizando que, o capitalismo enquanto modo de produção possui excelência em geração de riqueza, no entanto, é "péssimo para distribuí-la com justiça e com atenção para a necessidade de proteção ambiental...".

Tal deficiência fez eclodir, a nível mundial, questões desafiadoras para a sociedade, nem sempre possíveis de serem tratadas. Ao mesmo tempo, fez com que houvesse em poucas décadas uma discussão ampla acerca das problemáticas socioambientais que se agravavam consideravelmente mundo a fora. Para Santos (2005, p. 142), "diante das consequências advindas dos maus tratos ao meio e que ameaçam a vida no planeta, colocamos, desde logo, uma questão: o lócus desses problemas é o lugar e é o mundo".

Neste cenário, "a busca de novos caminhos, de nova linguagem, de novas propostas, enfim, de uma liberdade de reflexão e criação" tornam-se desejável (MORAES, 2007, p. 103). Estes caminhos vão ser trilhados, principalmente, pelos geógrafos com produção voltada para vertente física da geografia. Conforme Andrade (1987, p. 119) estes constituíram abordagens mais amplas, tendo como foco os impactos a natureza quando influenciados pela ação humana:

a preocupação com o meio ambiente vem interessando sobretudo àqueles que trabalham com áreas desérticas ou semi-áridas (sic), consequência (sic) do avanço das condições de aridez nas suas áreas marginais, quer em áreas distantes, mas vítimas da degradação da vegetação, consequente (sic) das formas irracionais de uso da terra (ANDRADE, 1987).

A este novo enfoque, cujos aspectos sociais e ambientais são tomados de forma integrada, chama-se hoje de socioambiental. Quanto ao pressuposto metodológico, usado nesta abordagem, tem-se em vista que vai ser um dos pontos que mais o distingue das bases do pensamento geográfico até então já trilhados.

Andrade (1987, p. 121) ao analisar alguns estudos realizados por geógrafos físicos, cuja perspectiva encontrava-se alinhada a socioambiental, destacou: "Em muitos pontos, eles se aproximam do grupo dos chamados geógrafos críticos ou radicais, enquanto em outros se contactam (sic) com o grupo que faz a geografia da percepção e do comportamento".

A não utilização de um método específico no âmbito da Geografia Socioambiental advém do fato de refutar-se a ideia de constituir uma abordagem que

ponha em evidência o aspecto natural ou o social isoladamente. Conforme Morais e Melo (2013, p. 25):

O tratamento da questão ambiental, tendo-se em vista inserir a sociedade numa concepção de componente/sujeito é resultado de um momento histórico caracterizado por profundas alterações na natureza, no modo de vida da sociedade e no modo de conceber as relações entre os homens e, destes, com a natureza.

Esta preocupação levou Monteiro *apud* Mendonça (2001, p. 128) a dizer que:

A corrente da *geografia socioambiental* está ancorada na concepção de que talvez “o maior ponto de relevância epistemológica para a Geografia esteja na atitude fenomenológica de não considerar nem a Natureza (matéria da experiência) nem o Homem (corpo que percebe) como ‘fundantes’”.

Em suma, o paradigma da Geografia socioambiental caracteriza-se pela multi e interdisciplinaridade e a abordagem da sociedade e da natureza numa perspectiva holística, constituindo um campo vantajoso para o ecletismo metodológico. Desse modo, “[...] a lógica, a seriedade, e a coerência na escolha de metodologias e técnicas condizentes com o objeto de estudo são atributos necessários para a obtenção de resultados concisos em estudos de caráter socioambiental” (MENDONÇA, 2001, p. 128).

Ao tratar desta tendência na Geografia, já em 1986, Goodey (1986 *apud* Andrade, 1987, p. 112-113) enfatiza que,

os seguidores da nova escola preocupam-se sobretudo com os modelos de investigação geográfica, com a multidisciplinaridade, com a orientação para a política de planejamento e o desejo de produzir estudos geográficos mais integralmente envolvidos na educação ambiental e na interpretação do meio ambiente.

Tal aspecto deixa claro que diante dos desafios enfrentados na atualidade, em que não podemos falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza, haja vista existir uma “problemática interação sociedade-natureza” vivenciada na atualidade (MENDONÇA, 2001, p. 117), os conhecimentos vislumbrados no âmbito da ciência Geográfica, principalmente nas últimas décadas, constituem instrumentos importantes para consubstanciar a análise das questões ambientais contemporâneas, sobretudo quando essas análises ocorrem no âmbito escolar, tendo em vista levar os discentes a uma melhor compreensão acerca da relação sociedade-natureza, de modo que estes venham a ser capazes de construir uma nova realidade socioambiental.

Para Oliveira, Farias e Sá (2008, p. 119-120) a Geografia,

enquanto educadora de ambiente, tem a tarefa de produzir imagens do mundo, de compreender sua organização e de decifrar sua ordem. Nessa perspectiva, ela propõe ser a união das tendências que lhe foram características para enfrentar os complexos problemas do mundo emergente, incluindo-se a superação do muro imposto pela

fragmentação do sistema e dos seus vícios aos quais as ciências e o pensamento moderno se encontram embasados.

[...] Cabe ao educador a responsabilidade de observar a natureza socioambiental, de apreender as suas respectivas dinâmicas, bem como, atuar em contextos culturais e ambientais “desconhecidos” para ele possa (sic) construir relações autênticas com o aluno, a sociedade, a ciência, e os sujeitos. Essa mediação pode começar a partir do lugar no qual se está inserido.

Diante desses aspectos os PCNs de Geografia (1997) apontam que a leitura da relação sociedade-natureza feita por este componente curricular deve abranger, algumas ações como:

problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa de fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a paisagem e o espaço geográfico, na busca e formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em interação (BRASIL, 1997, p. 14).

Todos esses princípios e mecanismos utilizados na construção do saber geográfico devem ser orientadores no sentido de conceber ao ensino de Geografia uma Educação Ambiental que constitua, conforme destaca Brasil (2012) “um elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental”.

Segundo Jacobi (2005, p. 239):

[...] a proliferação de posições sobre a sustentabilidade é um sintoma positivo de dinamismo, já que os debates atuais eram impensáveis há alguns anos. Isto mostra que as mudanças são possíveis, e que a questão da sustentabilidade tem muitas leituras, algumas contraditórias e outras convergentes, apesar de apropriadas de forma diferenciada pelos grupos e pessoas que atuam numa perspectiva de propor uma sustentabilidade articulada a novas realidades materiais e novas posições epistemológicas.

Conforme Gadotti (2002, p. 37) nos dias atuais a sustentabilidade constituiu-se em um dos temas geradores principais não só do ponto de vista planetário, mas também quando pensamos a educação. Neste, está contido um projeto social global e com capacidade de “reeducar nosso olhar e todos os nossos sentidos, capaz de reacender a esperança num futuro possível, com dignidade, para todos”.

Continuando, Gadotti (2002) destaca que: “Os **paradigmas clássicos**, fundados numa visão industrialista predatória, antropocêntrica e desenvolvimentista, estão se esgotando, não dando conta de explicar o momento presente e de responder às necessidades futuras”. Desse modo, “Precisamos de uma 'Pedagogia da Terra', uma pedagogia apropriada para esse momento de reconstrução paradigmática, apropriada à **cultura da sustentabilidade** e da paz” (GADOTTI, 2002, p. 38).

Concordamos com Oliveira (2007, p. 1), quando a mesma destaca que a Educação Ambiental, constitui um dos caminhos possíveis “para se chegar à mudança

de hábitos que levem à diminuição da degradação ambiental, promovam a melhoria da qualidade de vida e reduzam a pressão sobre os recursos naturais”.

De acordo com Dias (2003) e Sato (2001, *apud* Abílio et al., 2010, p. 24):

A incorporação da questão ambiental no cotidiano das pessoas pode propiciar uma nova percepção nas relações entre o ser humano, sociedade e natureza, promover uma reavaliação de valores e atitudes na convivência coletiva e individual, assim como, reformar a necessidade de ser e agir como cidadão na busca de soluções para problemas ambientais locais e nacionais que prejudicam a qualidade de vida.

Medeiros et al. (2011, p. 2) enfatiza a necessidade de se trabalhar com o tema, para os autores:

A cada dia que passa a questão ambiental tem sido considerada como um fato que precisa ser trabalhada com toda sociedade e principalmente nas escolas, pois as crianças bem informadas sobre os problemas ambientais vão ser adultas mais preocupadas com o meio ambiente, além do que elas vão ser transmissoras dos conhecimentos que obtiveram na escola sobre as questões ambientais em sua casa, família e vizinhos.

Dentro deste novo contexto, o qual a escola acaba assumindo um papel ainda mais importante de transformação da sociedade, o trabalho do professor acaba sendo preponderante. Na concepção de Santos (2007, p. 10):

A ação direta do professor na sala de aula é uma das formas de levar a Educação Ambiental à comunidade, pois um dos elementos fundamentais no processo de conscientização da sociedade dos problemas ambientais é o educador. Este tem o poder de desenvolver, em seus alunos, hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país.

Vale salientar que, apesar da Educação Ambiental apresentar-se como uma importante ferramenta para encurtamento da "distância entre discurso, práxis e convergência de esforços e construção de diálogos e diagnósticos que atendam os interesses dos diferentes segmentos da sociedade", ela caminha em ritmo lento no que se refere a promover mudanças nas atitudes e comportamentos humanos para com o meio ambiente (CANDIANI et al, 2004, p. 75).

O professor de Geografia desse modo encontra-se diante de um desafio a ser vencido, buscar estímulo para continuar trabalhando e promovendo ações educativas que quase não se ver um resultado num curto espaço de tempo. Desse modo, a importância de não se trabalhar sozinho, além de estratégica, se comprometida com perspectivas mais abrangentes, como a interdisciplinaridade, possibilitará galgar melhores resultados.

Tem-se em vista, desse modo, que no contexto escolar o meio ambiente deve perpassar "todas as disciplinas, pois a sua compreensão envolve a leitura de vários outros aspectos da sociedade como políticos, históricos, ecológicos etc." cabendo a

geografia um papel especial, tendo em vista tratar-se de uma ciência que aborda diversos conteúdos relacionados ao estudo do meio ambiente (PEREIRA, 2012, p. 61).

Segundo Milton Santos (1994, p. 139):

A denominada crise ambiental a que hoje assistimos padece dessa situação e deve suscitar uma revisão das teorias e práticas das diversas disciplinas na medida em que demanda uma análise compreensiva, totalizante, uma análise na qual as pessoas, vindas de horizontes diversos e que trabalhem com a realidade presente, tenham o seu passo acertado através do mundo, através de um legítimo trabalho interdisciplinar.

Para Suertegaray (2003, p. 51) a interdisciplinaridade consiste numa:

[...] prática coletiva [...] e tem como objetivo a busca da compreensão/explicação de um problema formulado pelo conjunto dos investigadores. O trabalho interdisciplinar vai exigir um rompimento com os problemas específicos de cada campo, colocando na pauta da pesquisa questões de estruturação mais complexa.

Entendemos que é esta complexidade que deve ser trilhada para que se possa vislumbrar um entendimento dinâmico do que se colocou aqui como questão ambiental. Como já debatido, as problemáticas socioambientais estão presentes em todos os espaços cujas relações capitalistas de produção impõem suas forças não podendo ser negligenciadas, nem tão pouco tratadas de forma linear e automatizadas.

Diante dos desafios existentes na atualidade, articular Geografia e Educação Ambiental torna-se imprescindível, para a conscientização acerca da importância da defesa da natureza e de melhor qualidade de vida. A mediação realizada pela educação ambiental, neste contexto, possibilita compreender melhor as relações homem-natureza, objetivando a melhoria dos cuidados com o meio ambiente (OLIVEIRA, 2007, p. 31).

CONCLUSÕES

A partir das discussões é possível concluir que, as discussões engendradas no âmbito da ciência Geográfica têm na atualidade dado grande relevância para as problemáticas advindas da forma como a sociedade vem intervindo no ambiente, enfoque este que procura constituir uma abordagem integrada dos aspectos naturais e sociais e se caracteriza pela multi e interdisciplinaridade.

Sob essa perspectiva a Geografia no contexto escolar pode contribuir no sentido de alargar a capacidade leitora do espaço geográfico, levando os discentes a compreenderem como se dá sua organização, quais as relações de poder envolvidas e como isso afeta a dinâmica socioambiental em várias escalas.

Assim, o ensino de Geografia, enquanto instrumento de promoção da Educação Ambiental, apresenta embasamento suficiente, mas não únicos, para subsidiar ações pedagógicas que visem uma relação mais harmoniosa dos discentes com o ambiente em que vivem e, ainda, compromissadas com a intervenção nos diferentes espaços onde as relações apresentem formas insustentáveis de convivência, sendo isto imprescindível para a formação cidadã e socioambiental de cada um.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, F. J. P.; CAMAROTTI, M. F.; SILVA, R. L. Formação continuada de professores no Cariri paraibano. In: ABÍLIO, F. J. P. **Educação Ambiental: formação continuada de professores no bioma Caatinga**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.
- ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARMOND, N. B.; AFONSO, A. E. Da geografia física à geografia (sócio) ambiental e seu “retorno” à geografia: breves reflexões sobre mutações epistemológicas e o campo científico. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre: AGB, 2010.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: CNE/MEC, 2012.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Meio ambiente e saúde, v. 9. Brasília: MEC, 1997.
- CANDIANI, G.; LAGE, M.; VITA, S.; SOUZA, W.; FILHO, W. Educação ambiental: percepção e prática sobre meio ambiente de estudantes do ensino fundamental e médio. **Revista Eletrônica do Mestrado em educação Ambiental**, v. 12, p. 74-89, 2004.
- GADOTTI, M. A. **Boniteza de um sonho: Ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUDWING, A. C. W. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MEDEIROS, A. B.; MENDONÇA, M. J. S. L.; SOUSA, G. L.; OLIVEIRA, I. P. A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2011.
- MENDONÇA, F. A. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MENDONÇA, F. A. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, n. 16, p. 113-132, 2011.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- MORAIS, L. G. B. L.; MELO, J. A. B. Pensando a relação sociedade-natureza na geografia: apontamentos para a geografia socioambiental. **Caminhos de Geografia**, v. 14, n. 45, p. 22-29, 2013.